

# Nossos políticos reclamam de Regan: "interferência indébita".

Continuou a repercutir mal entre políticos brasileiros a afirmação do secretário do Tesouro norte-americano Donald Regan de que treme "ao pensar no futuro do Brasil" se o Congresso Nacional rejeitar o Decreto-Lei nº 2.045. O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), acusou Regan de "interferência indébita" nos assuntos do País, enquanto o líder do PDT no Senado, Roberto Saturnino (RJ) tachou de insolente, inadmissível e intolerável a intervenção do secretário norte-americano.

O presidente nacional do PMDB classificou as considerações do secretário do Tesouro a respeito da rejeição do Decreto-Lei nº 2.024 pelo Congresso de "forma de pressão norte-americana, o que demonstra mais uma vez que o Brasil perdeu sua soberania". E acrescentou:

— As autoridades norte-americanas consideram que o arrocho salarial, consubstanciado agora no Decreto-Lei nº 2.045, é peça essencial na política de austeridade econômica para o Brasil. As autoridades brasileiras, por sua vez, prometem que encontrarão outros expedientes para assegurar esse arrocho, mesmo que o decreto seja repellido pelo Congresso.

Já o senador Roberto Saturnino, ao repelir a intervenção do secretário norte-americano, afirmou que Regan é quem deve temer pelo futuro do sistema bancário do seu país e não pelo futuro brasileiro.

Durante o seu pronunciamento, Saturnino irritou-se profundamente com um aparte do vice-líder governista de plantão, Carlos Alberto (PDS-RN), para quem Regan "disse o óbvio, não devendo ser entendida a advertência como uma intromissão indébita".

O líder opositor lamentou a intervenção de Carlos Alberto, acrescentando que o senador potiguar desmerecia o mandato, a própria condição de brasileiro e a de representante do Rio Grande do Norte:

— Estou indignado e não aceito as suas palavras, que contradizem as próprias declarações do líder do governo, Aloysio Chaves.

Ao repelir as declarações do secretário do Tesouro norte-americano, Saturnino observou que "estão em jogo não só a democracia mas também a soberania e a dignidade do País, feridas por aquelas intervenções".

A esse propósito, o líder do PDT ceticou o Congresso a rejeitar também o Decreto-Lei nº 2.045 e insistiu na tese do entendimento entre os políticos, na busca de soluções:

— Isto só pode ser feito pelo Congresso Nacional, e o que ele decidir será acatado. Não há força neste país com autoridade moral suficiente para negar essas decisões.

## Como Pilatos

Também o senador Henrique Santillo (PMDB-GO) comentou a situação econômica do País, sustentando que o presidente Figueiredo é o responsável por tudo, "mas ele, no todo da sua auto-suficiência, age como Pilatos, lavando a mão, talvez no sangue de muitos brasileiros". O presidente — notou o parlamentar — parece ignorar a crise, preferindo tratar de sucessão presidencial.

Santillo propôs a todos os segmentos da sociedade uma vigília cívica durante a votação do Decreto-Lei nº 2.045, para garantir a sua rejeição e a soberania nacional.

Antes do discurso do líder pedetista, o senador Itamar Franco (PMDB-MG) estabeleceu uma correlação entre a informação de que o FMI assumiu a coordenação dos entendimentos para renegociar a dívida externa brasileira e algumas pretensões de empresários norte-americanos que querem desvincular a correção monetária da cambial e, ainda, uma revisão na Lei de Remessa de Lucros. O vice-líder governista Virgílio Távora (PDS-CE) interveio com um aparte para afirmar que, por enquanto, tudo não passa de noticiário, mas prometeu, em 24 horas, levar ao plenário informações a esse respeito.

Em seu discurso, Itamar Franco disse que vai esperar os esclarecimentos da liderança governista, prometidos por Távora. O senador opositor é de opinião de que o FMI acabou conseguindo o que a sociedade brasileira até agora não havia alcançado: afastar os ministros Delfim Neto e Ernane Galvêas das negociações. Acrescentou que o Congresso Nacional, que já deu uma demonstração de independência com o 2.024, vai fazer o mesmo com o Decreto-Lei nº 2.045, no final de outubro.

Enquanto isso, o deputado Mares Guia, líder do PT na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, apresentava requerimento de constituição de uma comissão interpartidária para manifestar hoje ao Consulado dos Estados Unidos em Belo Horizonte "veemente protesto do povo mineiro contra as recentes declarações do secretário do Tesouro norte-americano, Donald Regan, sobre o futuro brasileiro". Segundo o deputado, Regan "praticou uma ingerência, não apenas pessoal mas também em nome de seu país, nas questões internas do Brasil".